

# Auto-referência, discurso e autoridade jornalística

Fernanda Lima Lopes\*

## Resumo

A categoria dos jornalistas possui uma determinada autoridade no espaço social. O poder de fala que detêm e o lugar que eles ocupam são fruto de uma série de negociações, muitas delas travadas por meio do discurso. A busca da autoridade não se dá apenas através daquele discurso direcionado ao outro, mas também através do discurso auto-referencial. Neste trabalho, são analisadas matérias sobre um projeto de lei propondo a criação de um Conselho Federal de Jornalismo. Nessas matérias, o jornalista se auto-referencia e, pela forma que ele organiza seu discurso, ele traça estratégias de negociação da autoridade jornalística. Veremos que o debate suscitado nas páginas dos jornais remete ao jornalista de tal forma que enfoca algumas características da profissão e promove associações semânticas com valores tais como “liberdade de imprensa”. Ao mesmo tempo em que usam o espaço da mídia para se auto-referenciarem, os jornalistas também promovem,

---

\*Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFMG. Docente do curso de Comunicação Social do Centro Universitário do Leste de Minas (MG, Brasil). E-mail: ferdynanda@yahoo.com

nessas matérias, uma aproximação com o poder institucional, entendida aqui como mais uma estratégia de negociação da sua autoridade e do seu poder de fala.

**Palavras-chave:** Auto-referenciação; Conselho Federal de Jornalismo; construção da autoridade.

## **Apresentação**

Em agosto de 2004, o Congresso brasileiro recebeu um projeto de lei com a seguinte ementa: “cria o Conselho Federal de Jornalismo-CFJ, institui o Código de Ética e altera a legislação sobre o exercício da profissão de jornalista”. O fato ocupou os espaços da mídia até o mês de dezembro, quando o projeto foi finalmente rejeitado pela Câmara. Essa cobertura pode ser considerada especial por abordar um assunto que diz respeito diretamente aos que se encontram no âmago do processo de produção da notícia. Um projeto de lei de um Conselho para bancários, ou sociólogos, ou alguma outra categoria profissional, possivelmente não chamaria a mesma atenção dos meios de comunicação. Mas por ter sido uma proposta diretamente ligada ao exercício do jornalismo, o assunto acabou ocupando espaço e tempo nos meios de comunicação e ampliando para a sociedade um debate que poderia ter sido travado apenas no interior da categoria.

A auto-referência nas matérias jornalísticas é uma prática relativamente comum. Dentro da definição *auto-referenciais* estão enquadradas matérias jornalísticas que cobrem assuntos que dizem respeito à categoria dos jornalistas, como por exemplo, aquelas em que repórteres são os personagens principais, como a história de Tim Lopes (repórter da rede Globo assassinado por traficantes), ou a de Jayson Blair (repórter demitido do New York Times por ter inventado matérias) e ainda as de jornalistas reféns de terroristas ao redor do mundo. São também auto-referenciais as matérias que se pautam por fatos provenientes do interior das redações, ou a partir de outras coberturas, como os textos surgi-

dos na imprensa do Brasil, em 2004, a partir da denúncia de que a revista *Veja* teria mentido, dez anos antes, numa série de reportagens acusando de corrupção o deputado Ibsen Pinheiro.

Ao se auto-referenciarem, os jornalistas reforçam valores, constroem sua memória, apresentam-se à sociedade como detentores de um poder de fala, expõem características de seu trabalho que eles acreditam ser importantes, relembram fatos da memória coletiva envolvendo a categoria, colocam-se em oposição a outros grupos... Esse é, portanto, lugar de lutas pelo sentido da profissão, ou seja, local estratégico em que os atores buscam um consenso provisório sobre suas competências típicas e sua autoridade.

Nos textos sobre o CFJ, os jornalistas se auto-referenciam e, por ocuparem um lugar privilegiado na ordem do discurso, acabam por produzir e reproduzir aspectos que vão constituir sua identidade e reforçar sua autoridade. O que se pretende, pela análise dessas matérias é entender o que está no discurso (e para além dele) quando esse grupo produz enunciados sobre um fato relativo ao próprio universo.

Foram recolhidas matérias jornalísticas<sup>1</sup> sobre o tema, que saíram no jornal *O Globo*, no período de agosto de 2004 a dezembro de 2004. A época coincide com o período de apresentação do projeto de lei no Congresso, sua tramitação e a decisão final, validada pela votação na Câmara, em 15 de dezembro de 2004. Ao longo desses cinco meses, *O Globo* publicou 35 matérias, incluindo textos opinativos e informativos. A maioria delas – 27 matérias – concentra-se no mês de agosto, aparecendo em 20 edições do mês, o que significa que, algumas vezes, o jornal trouxe mais de um texto sobre o assunto no mesmo dia. O tema ocupou a capa em cinco edições: três delas em agosto, uma em setembro e uma vez em dezembro. Curiosamente, em outubro e novembro não houve sequer uma nota. A rarefação das matérias ao longo do tempo já era um fenômeno esperado, já que a tendência do jorna-

---

<sup>1</sup> O termo “matérias” está sendo designado para se referir a textos opinativos e/ou informativos.

lismo é tratar com ênfase a novidade e ir, aos poucos, diminuindo a cobertura sobre ela. Em dezembro, quando a Câmara de Deputados vota o projeto, o assunto retorna às páginas da imprensa, mas também sem muito alarde. A maior concentração dos discursos acontece no momento posterior ao que o projeto do Conselho entra na pauta do Congresso. O primeiro texto, publicado em 6 de agosto, é uma notícia, essencialmente informativa, com poucas fontes, isenta de entrevistas e que, basicamente, apenas apresenta o fato. Os textos que se seguem começam a suscitar um debate, revelando a formação de dois pólos – o dos que são contra o Conselho e dos que se mostram a favor.

Do total de textos, 28,57% são opinativos, dentre os quais três são editoriais. O jornal *O Globo*, nesses cinco meses, só deu espaço para dois textos declaradamente a favor do Conselho Federal de Jornalismo. Os editoriais são todos radicalmente contra a criação da autarquia. Os outros artigos também tendem à rejeição da proposta, embora alguns autores até defendam que o jornalismo precisa ser fiscalizado. Contudo, eles não reconhecem o Conselho nos moldes em que foi proposto como uma boa alternativa para realizar essa fiscalização.

Em relação às matérias informativas, é difícil classificá-las como positivas ou negativas, contra ou a favor, sem imprimir juízo de valor.

A apresentação quantitativa acima fornece uma visão geral do corpus selecionado, contudo, a intenção deste trabalho é fazer uma análise mais qualitativa das matérias, entendendo-as como discursos que concentram importantes representações de um grupo de atores sociais.

**Tabela 1: Distribuição das matérias por mês e por categoria**

MÊS	OPINATIVAS		INFORMATIVAS	TOTAL
	A favor do CFJ	Contra o CFJ		
Agosto	2	8	17	27
Setembro	0	0	6	6
Outubro	0	0	0	0
Novembro	0	0	0	0
Dezembro	0	0	2	2
TOTAL	10		25	35

## Negociando a autoridade do discurso no espaço social

Tendo como objeto o discurso auto-referencial em matérias jornalísticas, este trabalho levanta a hipótese de que o jornalista, pelo discurso, constrói sua autoridade e seu poder de fala perante a sociedade. No caso da auto-referenciação, a estratégia adotada é a de expor certos aspectos de sua identidade e reforçar alguns valores, trabalhando assim a difusão de uma certa imagem. Um dos principais valores mencionados nas matérias tem a ver com a liberdade de imprensa. Conforme vimos, a maioria dos textos adota uma posição contrária ao Conselho Federal de Jornalismo e um dos principais argumentos para a rejeição da proposta se apóia no fato de que o CFJ pode ameaçar a liberdade de expressão e o livre trabalho do jornalista.

Antes de aprofundar nessa discussão, é necessário apresentar as linhas teóricas que guiaram a presente análise. O primeiro autor que vem dar suporte ao trabalho é o lingüista russo Mikail Bakhtin<sup>2</sup>. Em primeiro lugar, Bakhtin é importante porque nos

<sup>2</sup> Embora, a princípio, esse autor tenha trabalhado com a análise literária

fazer entender a linguagem como efeito das estruturas sociais, ou seja, a língua não é um sistema independente das pessoas que a utilizam. Ao contrário, ela precisa das pessoas; sua formação e transformação são resultado dos usos e organizações que a sociedade imprime a ela. Assim, a língua, de certa forma, reproduz as estruturas sociais, os dominantes e dominados, mas também abriga as lutas sociais e os embates ideológicos. Ao enfatizar a natureza social da língua, Bakhtin está quebrando com a tradição estruturalista dos estudos lingüísticos, que via a língua como um sistema de regras próprias.

Seguindo a abordagem bakhtiniana, temos a compreensão de que os significados não são eternos e nem intrínsecos, isto é, os sentidos que os signos têm vão sendo formados nas interações sociais. Nada é estático ou perene. O que é válido e aceito em certo contexto pode ser transformado dependendo de reorganizações no espaço social ou de mudanças nas condições em que as interações acontecem. O signo é vivo.

Outra característica do signo apontada por Bakhtin é a existência de uma “dialética interna”. “(...) todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras”. (Bakhtin, 2004:47)

Outro aspecto importante do trabalho de Bakhtin diz respeito à situação de diálogo, lugar de busca pelo verdadeiro (e não pela verdade). No dialogismo – presente nos textos ou na interação social de discursos - as partes têm consciência de que a verdade é inalcançável, já que as mudanças são infundáveis. O diálogo exige que não se procure essência, mas sim consenso.

---

de Dostoiévski (2005), ou pensado as relações entre marxismo e filosofia da linguagem (2004), não podemos considerar sua obra distante dos estudos em comunicação. Aliás, como afirma Marina Yagello, que assina o prefácio da 11ª edição do livro “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, “ele (Bakhtin) aborda, ao mesmo tempo, praticamente todos os domínios das ciências humanas, por exemplo, a psicologia cognitiva, a etnologia, a pedagogia das línguas, a comunicação, a estilística (...)”. (Bakhtin, 2004: 13).

A busca pela verdade através do diálogo é também valorizada por Foucault<sup>3</sup>. Ele diz: “No intercâmbio de perguntas, no trabalho de elucidação recíproca, os direitos de cada pessoa são de algum modo imanescentes à discussão. Derivam da situação de diálogo”. (Foucault *apud* Rabinow, 1999: 17). A prática dialógica está conceitualmente oposta à noção de “polêmica”, à qual Foucault rejeita, por significar uma relação com um interlocutor hermético, não aberto a negociações, e que só quer convencer a outra parte de uma verdade já dada. Por esse motivo, a polêmica, no entender de Foucault, não é uma boa forma de travar conhecimento. Ela seria apenas o embate entre dois pontos de vista arraigados e sem pretensão de avanço.

O discurso jornalístico, em geral, não evidencia uma prática dialógica. Ao contrário, quase sempre ele é um enunciado vertical, uma voz única que se autodenomina capaz de narrar os fatos do mundo. Contudo, a partir do momento que o texto se dirige a um interlocutor tentando abrir espaço para uma reação e permitindo a continuação de um debate, ele pode conter traços da possibilidade dialógica. Nesse sentido, o projeto de lei do Conselho Federal de Jornalismo suscitou na imprensa um debate, com direito a algum grau de diálogo entre pólos opostos, principalmente através de matérias opinativas. Embora das dez matérias de opinião publicadas no período de agosto a dezembro de 2004, apenas duas tenham sido explicitamente a favor do Conselho, foi possível perceber nos textos indícios de diálogo, com o desenvolvimento de argumentações tecidas em relação ao pólo antagônico.

Mesmo as matérias classificadas como informativas traziam o debate das posições seja pela fala de um entrevistado, seja pela descrição da repercussão do assunto no meio político, seja pelo noticiamento das idas e vindas do projeto nas instâncias legislativas.

---

<sup>3</sup> Foucault em entrevista a Paul Rabinow, rejeita a polêmica como forma de travar conhecimento, já que essa relação supõe um interlocutor hermético, que não está aberto a negociações, mas que só quer convencer a outra parte de uma verdade já dada.

Apesar de terem sido encontrados traços dialógicos no discurso dessas matérias, o fenômeno que se revelou ao longo dos cinco meses de cobertura jornalística nas páginas de *O Globo* foi mais um caráter de polêmica (no sentido dado por Foucault) que uma busca pelo verdadeiro.

Quase a totalidade das matérias de *O Globo* ataca o projeto do Conselho. Os que são contra comparam a criação da autarquia com a volta da censura do período militar. Os textos fazem alusão a características antidemocráticas<sup>4</sup> e usam, frequentemente, termos como “autoritário” e “autoritarismo”. Vários deles remetem ao tempo da ditadura, trazendo à memória as lutas e dificuldades dos jornalistas de outrora. O fim gradual da repressão representou para a categoria a recuperação da liberdade de imprensa, um valor pelo qual eles tanto lutaram. Essa auto-referência, juntamente com uma ancoragem num passado marcante para a sociedade brasileira, tem o intuito de provocar associações mentais entre o momento histórico e a discussão do presente.

Também do outro lado do debate ideológico sobre o Conselho Federal de Jornalismo, os que se posicionam a favor da criação da autarquia não se dizem favoráveis nem à censura nem ao autoritarismo. Embora em pólos opostos, os dois lados que debatem o assunto defendem um certo papel do jornalista, que inclui seu dever ético de informar, e também manifestam concordância em relação ao direito de informação da sociedade. Ambos partilham de uma mesma noção de “liberdade de imprensa”. O principal ponto de discórdia está ancorado na defesa da criação ou não de um órgão ligado ao governo para “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício do jornalismo”.

Se por um lado os jornalistas se auto-referenciam a partir da

---

<sup>4</sup> Dois exemplos: Matéria informativa, publicada no caderno O país, na página 12, no dia 15 de setembro tem como título “Lula, na ANJ, diz que censura não voltará”. O texto é assinado pela repórter Soraya Aggege, de São Paulo. / Matéria opinativa, publicada na página 7, de Opinião, no dia 24 de agosto. Seu autor Luiz Garcia faz uma crítica ao presidente Lula que manifesta apoio ao Conselho e que fez uma vista ao Gabão, país cujo governante está há 37 anos no poder e que tem “pouca intimidade com a democracia”

memória de um passado de lutas contra o poder, por outro lado, as matérias jornalísticas freqüentemente se distanciam da auto-referência e se pautam por um tratamento “oficialesco” em relação ao tema. A priori, o principal grupo interessado no debate seriam os próprios jornalistas, mas o que se percebe é que grande parte das fontes envolvidas na discussão nem sempre possui uma ligação direta com o debate da categoria. O enfoque das matérias, dos títulos e fotografias é dado principalmente em relações a fontes governamentais, tais como o presidente da república Lula (dias 18/08/04, 15/09/04, 16/06/04), o vice-presidente José de Alencar (22/08/04), o presidente do STF Nelson Jobim (17/08/04), o ministro do trabalho Ricardo Berzoini (07/08/04, 21/08/04), o chefe da Casa Civil José Dirceu (10/09/04), o ministro da Justiça Márcio Thomas Bastos (capa em 10/08/04) e outros integrantes do poder público. Em 11 de agosto, numa matéria que ocupou toda a página 8 do caderno *O país*, um box traz um texto cuja principal fonte é o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal. O entrevistado discorre sobre liberdade de imprensa, sobre o direito que a sociedade têm à informação, mas ao final, surpreendentemente, o presidente do STJ afirma: “Não li o projeto, mas o que está escrito na Constituição é o que vale, é o que se impõe”. Isso nos faz pensar: se ele sequer leu o projeto, porque deveria estar opinando sobre ele?

A participação de fontes tais como associações ou entidades jornalísticas é visivelmente menor. Quase nunca estão em títulos ou fotos. A organização que mais aparece é a Fenaj (pelo fato de ter sido ela a elaborar a proposta e entregá-la ao governo) e a Associação Nacional de Jornais – ANJ (por tomar frente na posição contrária), mas também aparecem, em menor intensidade, Repórteres sem Fronteiras, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - Abert, Associação Brasileira de Imprensa – ABI, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - Abraji. Os jornalistas tiveram uma forte tendência em valorizar grupos detentores do poder estabelecido, em detrimento de posicionar a

discussão do Conselho sob o foco de seus principais afetados (eles mesmos).

Entendemos, contudo, que esse comportamento também é uma estratégia de reforçar a autoridade jornalística. O discurso jornalístico não só reflete as hierarquias presentes na rede social como serve também para reproduzir os estatutos dominantes. Às vezes, há um ou outro texto capaz de ser instrumento de desestabilização, de questionamento e de inovação em relação às velhas estruturas, mas a grande crítica é de que, em geral, o jornal mantém uma visão tradicional e de repetição de valores pretensamente hegemônicos. Ainda que as matérias sobre o CFJ contivessem críticas à política do governo, tais críticas não significavam uma inovação na abordagem discursiva, ou seja, não quebravam com o significado dominante do signo ideológico.

Conforme Bakhtin aponta em “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, as formas hierarquizadas da sociedade influenciam as formas de enunciação e os principais modos de comportamento. Assim, a manifestação do pensamento, a formulação de conceitos e pré-conceitos, os julgamentos são organizados dentro de um grande repertório: o mesmo sistema lingüístico. Isso é válido para o jornalismo, mas também é válido para grupos que se denominam “de resistência”, ou para aqueles que manifestam um ponto de vista antagônico ao majoritariamente proposto. Todos trabalham com os mesmos signos, embora tentem dar aos seus discursos uma nova significação.

Um argumento contrário pode sugerir que nem sempre as enunciações são influenciadas pelas formas hierárquicas da sociedade. Vários trabalhos teóricos na comunicação procuram identificar momentos e lugares em que os discursos são desestabilizados. Citam-se formas de luta e resistência que pretendem fazer uma profunda quebra capaz de alterar o sentido e a utilização de um signo.

Ainda assim, o que se defende, é que, mesmo aqueles que se propõem mais radicais e mais distantes em relação ao repertório dominante, estão constantemente, por meio do comportamento

ou do discurso, trabalhando na mesma frequência que os primeiros. Aliás, eles precisam disso, afinal, não há como realizar uma revolução capaz de transformar toda estrutura ideológica e todo sentido simbólico que dela provém.

“(...) classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. (...) Na verdade, é esse entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir” (Bakhtin, 2004:46)

É melhor acreditar que a produção de sentido se compara a um campo de batalha (Hall, Bakhtin). Os conceitos, as noções, as concepções acerca do que é o verdadeiro são fruto de uma negociação. Os enunciados podem mudar, e efetivamente mudam ao longo da história, mas essas quebras não surgem de uma vontade automática de um grupo que quer romper com o hegemônico. Elas são fruto de um processo e se dão a partir de reorganizações e novas apropriações de um velho signo no espaço social.<sup>5</sup>

No mundo atual, falar de liberdade é automaticamente fator de empatia com os interlocutores, mas houve um tempo na história que o clamor por liberdade foi visto pelos dominantes como uma profunda ameaça ao sistema estabelecido. Já vai longe a era dos monarcas, e os direitos de votar ou de se expressar livremente são quase que mundialmente propagados. Sabemos que ainda existem lugares e momentos em que esses direitos não são respeitados, mas o discurso ocidental hegemônico é a de defesa desses valores.

Para os jornalistas, a liberdade de imprensa é um baluarte em sua atividade. E esse valor encontra amplo apoio na sociedade,

---

<sup>5</sup> Um exemplo disso é apresentado por Stuart Hall (ano) em relação à temática do racismo. Ele sabe que as categorias de alto e baixo, tão enraizadas em nossa sociedade, vão continuar existindo, mas entende que é possível dinamizar essa binaridade através da valorização das diferenças.

que comunga das mesmas noções a respeito dos direitos humanos. Quando os jornalistas se auto-referenciam atrelando sua imagem como defensores da liberdade de imprensa, estão galgando uma certa autoridade em relação a esse valor. Eles estão se auto-denominando portadores dessa bandeira. Isso reflete uma estratégia de defesa. Por trás do muro da liberdade de imprensa, qualquer um que ataque a categoria dos jornalistas estaria igualmente atacando um patrimônio maior, pertencente a toda a sociedade.

Os discursos são perigosos, oferecem riscos (Foucault, 2003). Podem esconder vontades de verdade, podem estar sob o efeito de coerções, podem reforçar ou excluir certos valores. Foucault aponta a dificuldade em apagar o “temor” que as pessoas têm em relação aos perigos dos discursos, mas propõe que uma análise do mesmo pode ser feita a partir de uma suspensão da “soberania do significante”. (idem). Suspender, aqui, não significa derrubar, mas pôr em questão aquilo que é freqüentemente dito e naturalmente aceito.

Em nossa sociedade, não há espaço para se dizer tudo. Conforme Foucault, os discursos sofrem coerções; existem procedimentos capazes de classificá-los como mais “importantes”, como o dos médicos, ou “insignificantes”, como o dos loucos, por exemplo. Outras vezes, os discursos ficam restritos a alguns locais de aparição, ou ainda, são cerceados no âmbito dos sujeitos que o pronunciam:

“(…) trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (Foucault, 1993:37).

A ênfase dada pelos jornais às matérias sobre o Conselho Federal de Jornalismo deve ser entendida como um reflexo do poder

que o jornalista tem de ocupar aquele lugar de fala. Existe um conjunto de fatores que permite que ele tenha essa autoridade diante da sociedade. Aquilo que a sociedade entende como função do jornalismo no mundo contemporâneo é resultado de um processo de construção de identidade que ainda não terminou; um processo que envolve imersão numa estrutura de poder, relações com outros grupos, negociação de autoridade, aprimoramento de capacidades técnicas, concepção de uma ética própria, enfim, estabelecimento de fronteiras. A categoria dos jornalistas constitui um universo relativamente autônomo de relações sociais (Traquina, 2005) e se apresenta como um grupo detentor de saberes e conhecimentos especializados, características que, para Bourdieu, são suficientes para constituir um campo.

Autonomia do campo, no entanto, não significa quebra do significante dominante. Como vimos até agora, essas matérias refletem mais uma submissão do discurso jornalístico às hierarquias sociais que uma inovação, transgressão ou resistência. Ainda que a posição majoritária tenha sido de rejeição à criação do Conselho Federal de Jornalismo, a construção do poder de fala do jornalista está ancorada em aproximar-se cada vez mais com o discurso hegemônico. Não há uma vontade de transformação ideológica, mas há um esforço para reforçar a importância social e a autoridade do jornalista como portador inquestionável da verdade.

## **Referências**

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Trad. Paulo Bezerra.
- DELEUZE E FOUCAULT. “os intelectuais e o poder” In: FOUCAULT, MICHEL. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000 (1972). P. 69-78.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2005 (1970).

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1997. 30.ed. (1975).

HALL, Stuart. *The spectacle of the other*. In:

RABINOW, Paul. “Política da verdade: Paul Rabinow entrevista Michel Foucault”. In: *Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999. p. 17-25

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo. Vol II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.